



FPTA Federação Portuguesa de Tiro com Arco

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

CAPÍTULO 8 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (ANEXO ELABORADO PELO TOC)

FPTA

Federação Portuguesa de Tiro com Arco

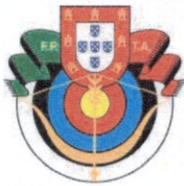
Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017



ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço	25
Demonstração dos resultados por naturezas	26
Demonstrações das alterações no fundo social do exercício	27
Demonstração dos fluxos de caixa do exercício	29
Anexo às demonstrações financeiras	30
1 – Introdução	30
2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	30
3 - Principais políticas contabilísticas	30
4 – Fluxos de caixa	31
5 – Diferimentos	32
6 – Ativos fixos tangíveis	32
7 – Estado e outros entes públicos	32
9 – Gastos com pessoal	32
10 – Fornecimentos e serviços externos	33
11 – Outros gastos e perdas	33
12 – Outros rendimentos e ganhos	34
13 – Subsídios à exploração	34
14 – Rédito	34
15 – Informações exigidas por diplomas legais	34
16 – Aprovação das demonstrações financeiras	35



Federação Portuguesa de Tiro com Arco

BALANÇO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	0,06 €	3.400,06 €
Investimentos Financeiros		472,72 €	278,24 €
		472,78 €	3.678,30 €
Ativo Corrente			
Clientes	8	5.633,50 €	3.682,50 €
Estado e outros entes públicos	7	0,00 €	0,00 €
Outras Contas a receber		25.081,20 €	80,00 €
Diferimentos	5	182,37 €	652,30 €
Caixa e depósitos bancários	4	42.083,17 €	30.426,10 €
		72.980,24 €	34.840,90 €
Total do ativo		73.453,02 €	38.519,20 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		27.670,21 €	27.354,04 €
Resultados transitados		4.582,10 €	4.582,10 €
		32.252,31 €	31.936,14 €
Resultado líquido do período		67,83 €	316,17 €
Total dos fundos patrimoniais		32.320,14 €	32.252,31 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €
Passivo corrente			
Fornecedores		28.691,54 €	228,56 €
Estado e outros entes públicos	7	4.954,30 €	2.931,79 €
Outras Contas a pagar		7.487,04 €	3.106,54 €
		41.132,88 €	6.266,89 €
Total do passivo		41.132,88 €	6.266,89 €
Total do capital próprio e do passivo		73.453,02 €	38.519,20 €

Presidente 

Contabilista Certificado 



Federação Portuguesa de Tiro com Arco

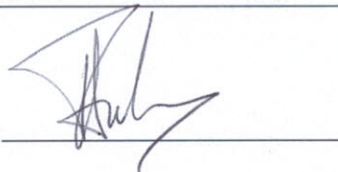
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	ANO	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	14	33.332,50 €	29.949,00 €
Subsídios à exploração	13	88.229,16 €	64.512,26 €
Fornecimentos e serviços externos	10	-84.017,52 €	-47.875,85 €
Gastos com o pessoal	9	-26.715,62 €	-35.688,13 €
Provisões	8	0,00 €	-1.403,00 €
Outros rendimentos e ganhos	12	26,82 €	810,39 €
Outros gastos e perdas	11	-7.387,51 €	-2.572,92 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		3.467,83 €	7.731,75 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-3.400,00 €	-7.230,00 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		67,83 €	501,75 €
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados		0,00 €	-185,58 €
Resultado antes de impostos		67,83 €	316,17 €
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		67,83 €	316,17 €

Presidente



Contabilista Certificado





FPTA Federação Portuguesa de Tiro com Arco

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO SOCIAL NO PERÍODO 2016

DESCRIÇÃO	Fundo Social	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total
1 POSIÇÃO em 01-01-2016	20.020,53	0,00	7.333,51	27.354,04
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				0,00
2	7.333,51	4.582,10	-7.333,51	0,00
3	7.333,51	4.582,10	-7.333,51	4.582,10
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			316,17	316,17
4=2+3			-7.017,34	0,00
RESULTADO INTEGRAL				0,00
OPERAÇÕES COM ASSOCIADOS				0,00
Outras operações				0,00
5				0,00
6=1+2+3+5	27.354,04	4.582,10	316,17	32.252,31
POSIÇÃO em 31-12-2016				

G.E.



FPTA Federação Portuguesa de Tiro com Arco

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO SOCIAL NO PERÍODO 2017

DESCRIÇÃO	Fundo Social	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total
1 POSIÇÃO em 01-01-2017	27.354,04	4.582,10	316,17	32.252,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
2 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	316,17		-316,17	0,00
3 RESULTADO INTEGRAL	316,17		-316,17	0,00
4=2+3 OPERAÇÕES COM ASSOCIADOS			-248,34	0,00
Outras operações				0,00
5 POSIÇÃO em 31-12-2017	27.670,21	4.582,10	67,83	32.320,14
6=1+2+3+5				

Presidente: Eraça Coelho

Contabilista Certificado: [Assinatura]



Federação Portuguesa de Tiro com Arco

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Descrição	PERÍODOS	PERÍODOS
	31-Dez-17	31-Dez-16
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos	94.301,00	94.712,00
Pagamento a fornecedores	-36.415,53	-29.127,54
Pagamento ao pessoal	-18.490,43	-22.943,24
Caixa gerada pelas operações	39.395,04	42.641,22
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-27.737,97	-30.538,90
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	12.102,32	12.102,32
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		-4.669,15
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-4.669,15
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	11.657,07	7.433,17
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	30.426,10	22.992,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período	42.083,17	30.426,10

Ge.



Anexo às demonstrações financeiras (euros)

1 — Introdução

A Federação Portuguesa de Tiro com Arco (adiante designada por FPTA), tem sede na Estrada da Costa, anexo ao Lar feminino do ISEF e tem como atividade principal a organização de atividades desportivas de Tiro com Arco.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela FPTA de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) aprovadas pela portaria nº 1011/2009 de 9 de Setembro, com as adaptações às ESNL – Entidades do Sector não Lucrativo, aprovadas pela portaria 106/2011 de 14 de Março e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2017.

2.2 – Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista nas NCRF.

3 — Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se Caixa e seus equivalentes os montantes imediatamente disponíveis, possuídos pela Empresa em entidades bancárias.

3.2 – Provisões, passivos e ativos contingentes

As transações realizadas pela empresa em 2015, não ocasionaram necessidade de constituir qualquer provisão, por não existirem nem ativos nem passivos contingentes à data de elaboração das demonstrações financeiras.

3.3 – Imposto sobre o rendimento

A atividade da FPTA está abrangida pela isenção definitiva prevista no artigo 11 do CIRC.

3.4 - Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos da Empresa são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estes são reconhecidos na medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de outras contas a pagar/receber e diferimentos.

G.E.



3.5 — Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Tangíveis existentes, encontram-se registados ao custo de aquisição.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado.

Os bens, estão a ser depreciados a taxas constantes.

3.8 - Rédito

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando:

- i) a quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- ii) seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- iii) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Os restantes rendimentos e gastos são registados de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

3.11 - Instrumentos financeiros

i) Clientes

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

4 — Fluxos de caixa:

4.1 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

A caixa e depósitos bancários apresentam os seguintes valores:

	2017	2016
Caixa	756,96€	656,77€
Depósitos à ordem CGD	41.228,70€	19.671,82€
Depósitos a prazo CGD	0,00€	10.000,00€
CaixaGest Tesouraria	97,51€	97,51€
Total	42.083,17€	30.426,10€

5. Diferimentos e Acréscimos de Ganhos e Gastos

Estas contas estão compostas pelos seguintes valores:

6.e.



Gastos a reconhecer	2017	2016
Seguros diferidos	182,37€	206,83€
Quotizações	0,00€	445,07€

6 – Ativos fixos tangíveis:

Movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas foram as seguintes:

	2017	2016
Ativos		
Saldo Inicial	98.629,74	98.629,74
Aquisições	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00
Transferências e Abates	0,00	0,00
Saldo final	98.629,74	98.629,74
Amortizações Acumuladas		
Saldo Inicial	95.229,68	87.999,68
Depreciações do Exercício	3.400,00	7.230,00
Alienações	0,00	0,00
Transferências e Abates	0,00	0,00
Saldo final	98.629,68	95.229,68
Ativos Líquidos	0,06	3.400,06


7 – Estado e outros entes públicos

Discriminação dos valores constantes nas rubricas do Estado e outros entes públicos:

	2017	2016
Retenções na fonte	147,99€	216,87€
Segurança Social/FCT	3.730,40€	2.714,92€
IVA	1.075,91€	0,00€
Total a crédito	4.954,30€	2.931,79€

9 – Gastos com pessoal

	2017	2016
Remuneração do pessoal	21.200,02€	29.209,74€
Encargos sobre remunerações	4.280,86€	5.284,18€
Indemnizações	0,00€	0,00€
Seguro de Acidentes de Trabalho	535,65€	649,21€
Medicina no trabalho	156,00€	222,00€
Outros	125,00€	323,00€
Total	26.715,62€	35.688,13€


G. e.



- No quadro da empresa estão registados 3 trabalhadores, estando 1 em regime de tempo parcial e dois a tempo inteiro.
- O número médio de trabalhadores ao longo do ano 2017 foi de 3.
- O número total de horas trabalhadas foi de 3.000

10 - Fornecimentos e serviços externos

Detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

FSE's	2017	2016
Subcontratos	160,00€	1.160,00€
Trabalhos especializados	9.271,39€	13.338,94€
Publicidade	0,00€	0,00€
Vigilância e Segurança	19,68€	18,95€
Honorários	0,00€	9.487,60€
Conservação e reparação	1.867,82€	840,34€
Serviços bancários	172,41€	160,62€
Materiais	1.812,98€	3.309,17€
Energia e fluidos	4.186,70€	4.113,00€
Deslocações e estadas	9.981,68€	8.725,86€
Material de Limpeza	1.149,44€	978,80€
Rendas e alugueres	18,75€	415,00€
Comunicação	1.822,58€	1.525,67€
Seguros	2.812,76€	2.697,64€
Contencioso e notariado	51,00€	38,54€
Despesas de representação	814,48€	583,70€
Material desportivo	48.267,86€	0,00€
Outros	1.607,99€	482,02€
Total	84.017,52€	47.875,85€

11 - Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	2017	2016
Impostos indiretos – Selo Auto	136,00€	84,00€
Impostos indiretos – Selo	124,69€	92,81€
IVA	0,00€	36,05€
Taxas	3,91€	3,00€
Quotizações	620,00€	620,00€
Correções de exercícios anteriores	0,00€	15,13€
Donativos	0,00€	552,40€
Outros	6.502,91€	1.085,11€
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00€	84,42€
Total	7.387,51€	2.572,92€

G. e.



12 - Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de outros rendimentos e ganhos é apresentado no quadro seguinte:

	2017	2016
Correções de exercícios anteriores	0,00€	0,75€
Outros	19,32€	809,64€
Total	19,32€	810,39€

13 – Subsídios à Exploração

O detalhe da rubrica de Subsídios à Exploração é apresentado no quadro seguinte:

	2017	2016
IPDJ – Programa de atividades regulares	87.500,00€	62.500,00€
COP – Plano de Preparação Olímpica	0,00€	0,00€
IEFP – Programas Estágio / Estímulo Emprego	729,16€	2.012,26€
Total	88.229,16€	64.512,26€

14 – Rédito:

Os rendimentos têm as seguintes origens:

	2017	2016
Quotizações de Filiação (Clubes)	3.087,17€	2.760,00€
Federamentos	10.106,08€	8.405,00€
Seguros desportivos	3.551,75€	2.958,50€
Provas	15.664,00€	14.079,00€
Outros serviços	218,50€	237,00€
Formação	385,00€	1.425,00€
Atividades de tiro com arco	320,00€	84,50€
Total	33.332,50€	29.949,00€

15 – Informações exigidas por diplomas legais:

a) A FPTA não tem dívidas ao Estado em situação de mora (DL 534/80 de 7 Nov. – art.º 1.º nota 27 e art.º 2.º);

b) Honorários do Fiscal-Único e Revisor Oficial de Contas:

Honorários 2017 1.845,00€



16 — Aprovação das demonstrações financeiras:

Não se registaram alterações relevantes nas condições à data do balanço.

Presidente

Graça Coelho

Contabilista Certificado

Francisco Quintana



CAPÍTULO 9 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (ANEXO ELABORADO PELO ROC)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **“FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TIRO COM ARCO”**, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de balanço de **73.453 €** e um total de fundo patrimonial de **32.320 €**, incluindo um resultado de **68 €**), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as Notas Anexas às Demonstrações Financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **“FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TIRO COM ARCO”** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades, nos termos dessas normas, estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela:

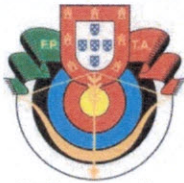
- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, como um todo, estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, não existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 03 de Abril de 2018

Dr. António Bernardo, R.O.C. 501
em representação de
AB – ANTÓNIO BERNARDO & ASSOCIADO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda



A.B. - António Bernardo & Associado
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TIRO COM ARCO

EXERCÍCIO DE 2017

RELATÓRIO E PARECER DA
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
ACTUANDO COMO FISCAL ÚNICO

Exmo Senhores,

No desempenho das funções de Fiscal Único, que nos foram cometidas ao abrigo da Legislação em vigor, cumpre-nos emitir o nosso Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, apresentados pela Direção.

Durante o ano em apreciação, acompanhámos a gestão da Federação e como Revisor Oficial de Contas nos diversos contactos com os serviços analisámos a relevação contabilística, que considerámos em ordem, tendo em conta os princípios de realização dos bens do ativo e da continuidade das operações.

Ainda durante o ano de 2017, e após a apreciação do orçamento para o ano de 2018, elaborado pela Direção, o mesmo foi por nós aprovado.

Além de terem sido verificadas as conciliações bancárias, foram efetuados testes substantivos nas áreas de prestação de serviços e recursos humanos e fornecimentos e serviços externos não tendo sido detetadas quaisquer anomalias relevantes.

Após uma análise cuidada do Balanço, da Demonstração dos Resultados por naturezas, e dos respetivos Anexos, bem como do Relatório de Gestão, somos de opinião que os mesmos estão de acordo com a lei e refletem a verdadeira situação da Federação em 31 de Dezembro de 2017.

O relatório de gestão apresentado pela Direção, contém uma análise exaustiva da atividade desenvolvida, além de conter os principais indicadores económicos e financeiros, onde é evidenciado que:

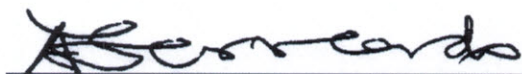
- O resultado líquido, apurado no exercício de 2017, atingiu o valor de 68 €, ou seja, bastante inferior ao do ano anterior; que tinha sido de 316 €.
- O passivo a 31 de Dezembro de 2017, no montante de 41.133 € enquanto que no ano anterior era de 6.267 €, sofreu um aumento sensivelmente idêntico ao havido no ativo, uma vez que os gastos foram cobertos pelo rendimentos obtidos no ano em apreciação.
- Como consequência do apuramento do lucro de 68 € e das variações referidas no ponto anterior, no ano em apreciação, a situação líquida (os Fundos Próprios) da Federação praticamente se manteve, ou seja, passou de 32.252 € para 32.320 €.

Assim, e de acordo com a Certificação Legal das Contas por nós elaborada, somos de parecer que:

1 - Merecem aprovação o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e os respetivos Anexos;

2 - Merece ainda aprovação o Relatório de Gestão, assim como, a proposta de Aplicação de Resultados nele contida.

Lisboa, 03 de Abril de 2018



Dr. António Bernardo, R.O.C. n.º 501

em representação de

AB – ANTÓNIO BERNARDO & ASSOCIADO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

